

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, administração pública municipal, com personalidade jurídica, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 83.102.285/0001-07.
- 1.2 *Domicílio:*** Estabelecido à Rua Dinamarca, 320, Bairro das Nações, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.
- 1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Regida pela Lei Orgânica do Município aprovada em 03 de abril de 1990, tem como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento local e regional, contribuir para o desenvolvimento estadual ou nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 1.4 *Declaração de conformidade:*** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Portarias, Manual e IPC's da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação

de procedimentos contábeis patrimoniais que estão harmonizados com o Plano de Implantação de procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

1.5 Entidades consolidadas: As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Administração Direta e Indireta são compostas pelas seguintes entidades:

- a. Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú
- b. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú
- c. Fundação Cultural de Balneário Camboriú
- d. Fundação Municipal de Esportes
- e. Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público
- f. Fundo Municipal de Assistência Social
- g. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor
- h. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
- i. Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú
- j. Fundo Municipal de Saúde
- k. Fundo Municipal de Trânsito
- l. Fundo Municipal de Turismo
- m. Fundo Municipal do Bem-Estar Social
- n. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- o. Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú
- p. Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração utilizada: Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis tem por base o custo histórico das transações.

2.2 Novas normas e políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional. Estas demonstrações contábeis apresentam-se de acordo com

o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

2.3 *Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:*

- 2.3.1 O prazo para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais está regido pelo Decreto Municipal n.º 8.380/2016.
- 2.3.2 A entidade registrou e evidenciou os créditos a receber, quando possível, seguindo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.3 A Dívida Ativa bem como sua movimentação, incluindo os respectivos ajustes para perdas, foram reconhecidos, mensurados, evidenciados durante o exercício, também de forma parcial.
- 2.3.4 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos incidentes sobre os mesmos foram registrados no decorrer do exercício, atendendo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.5 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens imóveis e intangíveis ainda não foi realizado e está previsto para o ano de 2020 conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016.
- 2.3.6 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis foram finalizados e ajustados no exercício de 2018.
- 2.3.7 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.
- 2.3.8 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura não foram normatizados pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2018.
- 2.3.9 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2018.

2.3.10 A implantação de controle de estoque e almoxarifado foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú e as Unidades Gestoras Fundação Municipal de Esporte e Câmara de Vereadores realizando os registros de entrada e saída de estoques e almoxarifados.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações da Lei n.º 4.320/1964, parcialmente pelas demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- g) Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

3.1.1 O Quadro 1 apresenta as receitas e despesas previstas e atualizadas em confronto com as realizadas.

Quadro 1 – Receitas e despesas previstas e realizadas

	RECEITAS (1)	DESPESAS (2)
Prevista/Atualizada (a)	883.168.325,50	936.461.641,47
Realizada/Executada (b)	876.551.690,00	800.044.802,50
% Realizada/Executada (c) = (b/a)	99,25	85,43
RESULTADO (d) = (a) - (b)	-6.616.635,50	-136.416.838,97

- 3.1.2 No exercício foram realizados **99,25%** (c1) das previsões de receita e **85,43%** (c2) do orçamento das despesas devidamente atualizados. O quadro demonstra ainda que o resultado orçamentário apurado no exercício foi superavitário na importância de **R\$ 76.506.887,50** (setenta e seis milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita em confronto com a execução orçamentária da despesa.
- 3.1.3 Durante o exercício, foram realizadas alterações orçamentárias, previstas na LOA ou autorizadas durante o exercício pelo Poder Legislativo por leis específicas, que modificaram os valores inicialmente previstos de despesas de **R\$ 811.389.325,50** (oitocentos e onze milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) para **R\$ 936.461.641,47** (novecentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), importando um aumento de **R\$ 125.072.315,97** (cento e vinte e cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e sete centavos) oriundos de excesso de arrecadação e superávit financeiro em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei n.º 4.320/1964.
- 3.1.4 Do total de **R\$ 125.072.315,97** (cento e vinte e cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e sete centavos) de créditos adicionais abertos, **R\$ 9.305.600,00** (nove milhões, trezentos e cinco mil e seiscentos reais) foram abertos a título de créditos especiais e **R\$ 115.766.715,97** (cento e quinze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e quinze reais e noventa e sete centavos) foram abertos a título de créditos suplementares. Não houve abertura de crédito extraordinário no exercício.
- 3.1.5 O saldo dos restos a pagar no exercício, segregados em Não processados e "Processados e não processados liquidados" é detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Execução de restos a pagar

RESTOS A PAGAR	VALOR (R\$)
Não processados	2.648.298,08
Processados e não processados liquidados	806.992,93
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR	3.252.230,90

3.1.6 Os restos a pagar não processados que são liquidados no exercício, mas não pagos, são transferidos para o nível contábil “Restos a pagar processados a pagar” nos lançamentos de encerramento do exercício.

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.2.1 No exercício, foram deduzidos da receita bruta o montante de **R\$ 36.045.545,95** (trinta e seis milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), que, assim, compõem uma receita bruta anual de **R\$ 912.597.235,95** (novecentos e doze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

3.2.2 O Quadro 3 apresenta as receitas orçamentárias detalhadas conforme a especificação de recursos.

Quadro 3 – Receitas por fonte de recursos

	FONTE DE RECURSOS	BRUTO (R\$)	DEDUÇÃO (R\$)	LÍQUIDO (R\$)
0	Recursos Ordinários	260.014.258,97	896.415,20	259.117.843,77
1	Receitas e Transferências de Impostos - Educação	130.574.630,53	23.689.227,10	106.885.403,43
2	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	116.948.605,38	234.243,62	116.714.361,76
3	Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS	120.523.015,91	8.845.863,94	111.677.151,97
5	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	15.199.642,80	2.296.663,65	12.902.979,15
6	Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	104.711.101,51	80.117,21	104.630.984,30
7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	202.086,48	0,00	202.086,48
8	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	13.164.407,87	404,34	13.164.003,53
9	FIA Imposto de Renda	99.132,53	0,00	99.132,53
10	Convênio de Trânsito - Militar	4.977,50	0,00	4.977,50
11	Convênio de Trânsito - Civil	30.568,96	0,00	30.568,96
12	Convênio de Trânsito - Prefeitura	30.077.680,71	2.157,33	30.075.523,38
18	Transferências do FUNDEB - Remuneração Professores	66.673.273,29	0,00	66.673.273,29
31	Transferências de Convênios - União/Assistência Social	100.430,95	0,00	100.430,95
33	Transferências de Convênios - União/Saúde	890.628,11	0,00	890.628,11
34	Transferências de Convênios - União/Outros	22.551,19	0,00	22.551,19
35	Transferências do SUAS/União	456.066,85	0,00	456.066,85
36	Salário-Educação	7.033.050,97	0,00	7.033.050,97
37	Outras Transferências do FNDE	2.036.653,81	1,86	2.036.651,95
38	Transferências do SUS/União	33.348.629,75	0,00	33.348.629,75
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	699.823,11	0,00	699.823,11
63	Transferências de Convênios - Estado/ Saúde	161.392,89	0,00	161.392,89
64	Transferências de Convênios - Estado/Outros	95.435,84	433,94	95.001,90
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	135.803,94	17,76	135.786,18
66	Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	86.707,06	0,00	86.707,06
67	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	1.481.702,79	0,00	1.481.702,79
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	4.229.782,20	0,00	4.229.782,20
88	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	34,78	0,00	34,78
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	526.127,04	0,00	526.127,04
95	Antecipação de Depósitos Judiciais	3.069.032,23	0,00	3.069.032,23
	TOTAL	912.597.235,95	36.045.545,95	876.551.690,00

3.2.3 Para o exercício do seguinte, ficam transferidos o total de **R\$ 701.254.604,36** (setecentos e um milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quatro reais e trinta e seis centavos). Deste montante, **61,35%** estão em “Investimentos e aplicações temporárias”, sendo a maior parte deles aplicados pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú. O Quadro 4 apresenta as receitas orçamentárias detalhadas conforme a especificação de recursos.

Quadro 4 – Saldo financeiro para o exercício seguinte

NÍVEL CONTÁBIL	VALOR (R\$)	(%)
Caixa e Equivalente de caixa	270.576.863,08	38,58
Investimentos e aplicações temporárias	430.247.243,63	61,35
Depósitos restituíveis e valores vinculados	430.497,65	0,06
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	701.254.604,36	100,00

3.2.4 O valor apresentado no Quadro 4 não se confunde com o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial (Anexo 14). O total do Quadro 4 representa o saldo financeiro para o exercício seguinte desconsideradas as obrigações assumidas.

3.2.5 O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas obrigações a pagar para o exercício seguinte na ordem de **R\$ 63.711.861,59** (sessenta e três milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e nove centavos) decorrentes da inscrição de “Restos a pagar processados” no valor de **R\$ 6.012.174,38** (seis milhões, doze mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos) (**9,44%**) e “Restos a pagar não processados” no valor de **R\$ 57.699.687,21** (cinquenta e sete milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e um centavos) (**90,56%**).

3.2.6 As movimentações de transferências financeiras entre as entidades (Intra-OFSS) foram de **R\$ 230.593.417,95** (duzentos e trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos).

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo Circulante

3.3.1 O valor em “Caixa e equivalente de caixa” no montante de **R\$ 270.576.863,08** (duzentos e setenta milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e oito centavos) representa **34,50%** do total do Ativo Circulante e está segregado por entidade de acordo com Quadro 5.

Quadro 5 – Caixa e equivalente de caixa por entidade

ENTIDADES	VALOR (R\$)	(%)
Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú	1.070.086,55	0,40
Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	45.013.936,71	16,64
Fundação Cultural de Balneário Camboriú	337.308,83	0,12
Fundação Municipal de Esportes	1.041.233,34	0,38
Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público	17.138.624,10	6,33
Fundo Municipal de Assistência Social	2.370.860,23	0,88
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	2.121.196,18	0,78
Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	624.895,11	0,23
Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú	2.176.572,12	0,80
Fundo Municipal de Saúde	28.579.105,25	10,56
Fundo Municipal de Trânsito	10.383.865,35	3,84
Fundo Municipal de Turismo	3.256.844,06	1,20
Fundo Municipal do Bem-Estar Social	687.902,06	0,25
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	155.305,86	0,06
Instituto Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú	5.230.140,14	1,93
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	150.388.987,19	55,58
TOTAL	270.576.863,08	100,00

3.3.2 No começo do exercício, foram lançados a título de “Créditos a curto prazo” os valores de IPTU a receber, pelo regime de competência, no valor de **R\$**

139.689.986,15 (cento e trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais e quinze centavos). O saldo ao final do exercício da mesma conta é de R\$ 10.648.567,07 (dez milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sete centavos), resultante do recebimento dos valores durante o exercício. Eventuais descontos previstos em legislações não foram contabilizados por falta de informação do setor competente.

- 3.3.3 O saldo a receber de a título de “Clientes” de R\$ 13.310.810,36 (treze milhões, trezentos e dez mil, oitocentos e dez reais e trinta e seis centavos) decorre do registro por competência dos créditos a receber da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú, dos quais R\$ 137.962,56 (cento e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) são oriundos de operações Intra OFSS.
- 3.3.4 A “Dívida Ativa de Curto Prazo”, segregada em “Tributária” e “Não tributária” totaliza o montante de R\$ 20.222.633,61 (vinte milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos) e representa o valor estimado de arrecadação para esta categoria de crédito. O valor da dívida ativa foi devidamente atualizado e inscrito ao final do exercício, sendo este discriminado no grupo do ativo não circulante.
- 3.3.5 O saldo da conta “Demais créditos e valores a curto prazo” totaliza R\$ 39.083.950,98 (trinta e nove milhões, oitenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos). O saldo mais expressivo desta conta, representando 45,07% do total contabilizado, são os valores registrados em “Créditos por danos ao patrimônio” que estão, estão em apuração de responsabilidade junto a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública, porém não foram reconhecidos e/ou identificados até o encerramento do balanço. Dentre os demais saldos, destacam-se os valores a receber no valor de R\$ 2.776.860,95 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos) provenientes das operações Intra OFSS decorrentes da apropriação e reconhecimento por competência. A formalização de convênios com terceiros que aguardam a prestação e/ou aprovação de contas perante o órgão de controle interno participam com 19,51% do saldo da conta.

- 3.3.6 O valor de **R\$ 430.252.053,63** (quatrocentos e trinta milhões, duzentos e cinquenta dois mil, cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) registrado em “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são, em grande parte (**99,99%**), oriundos das aplicações financeiras específicas do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú.
- 3.3.7 Apenas a Fundação Municipal de Esporte, no valor de **R\$ 93.106,53** (noventa e três mil, cento e seis reais e cinquenta e três centavos), e a Câmara de Vereadores, no valor de **R\$ 88.173,94** (oitenta e oito mil, cento e setenta e três reais e noventa e quatro centavos) realizaram registro contábil a título de “Estoques”. De acordo com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituído pelo Decreto Municipal n.º 8.380/2016, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques será obrigatório a partir do exercício de 2022.

Ativo Não Circulante

- 3.3.8 Os valores a título de dívida ativa foram movimentados parcialmente pelo regime de competência. Os créditos foram inscritos e atualizados no mês de dezembro de 2018, conforme relatório de inscrição e saldos repassado pelo setor responsável pela dívida ativa. Durante o exercício foram registrados os recebimentos por pagamentos (regime de caixa) e também os cancelamentos e revisão de créditos oriundos de processos abertos administrativamente, de forma específica.
- 3.3.9 O total de “Créditos a longo prazo” é composto pelo estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, apurados em 31/12/2018, no montante de **R\$ 563.180.820,40** (quinhentos e sessenta e três milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e vinte reais e quarenta centavos) e ainda pelo valor redutor de “Ajuste para perdas de créditos”, no montante de **R\$ 330.522.774,62** (trezentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), apurando um valor líquido de **R\$ 232.658.045,78** (duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito mil, quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos). O valor de “Ajuste de perdas de créditos a longo prazo” foi calculada de acordo com a média ponderada de recebimentos dos últimos três exercícios. O registro deste ajuste é realizado desde o exercício de 2014.

3.3.10 O valor de **R\$ 8.761.360,10** (oito milhões, setecentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos) a título de “Demais créditos e valores a longo prazo” é composto por “Créditos por danos ao patrimônio proveniente de créditos administrativos” (9,27%), “Créditos por danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial” (1,15%), “Depósitos Judiciais” (81,40%), “Outros depósitos restituíveis e valores vinculados” (0,03%) e “Outros créditos a receber e valores a longo prazo” (8,15%).

3.3.11 O saldo do ativo imobilizado no exercício é de **R\$ 716.005.729,31** (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) conforme o Quadro 6. O método utilizado para cálculo da depreciação é o de quotas constantes, conforme definido pelo Decreto Municipal n.º 7.621/2014. Os bens móveis foram depreciados até o mês de dezembro de 2018.

Quadro 6 – Composição do ativo imobilizado

BENS MÓVEIS (a)	80.801.436,27
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	35.049.587,69
Bens de informática	8.037.884,39
Móveis e utensílios	14.728.990,61
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	2.690.251,43
Veículos	17.847.978,79
Bens móveis em andamento	338.802,02
Armamentos	22.800,00
Semoventes	7.990,00
Demais bens móveis	2.077.151,34
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS (b)	16.494.563,59
BENS IMÓVEIS (c)	655.047.153,34
Bens de uso especial	459.630.072,54
Bens imóveis em andamento	192.065.504,80
Instalações	1.634.744,05
Benfeitorias em propriedade de terceiros	692.087,07
Demais bens imóveis	1.024.744,88
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS (d)	3.348.296,71
SALDO DO ATIVO IMOBILIZADO (e) = (a+c)-(b+d)	716.005.729,31

3.3.12 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos “Bens imóveis”, bem como sua depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável estão previstos para serem implementados até o início do exercício de 2020 conforme prevê o Decreto Municipal n.º 8380/2016. Desta forma, o saldo apresentado de “Bens

imóveis" e da "Depreciação acumulada de bens imóveis" estão registrados pelo custo histórico das transações.

3.3.14 Os bens a título de "Ativo intangível" estão em fase de estudos para posterior levantamento e avaliação conforme previsto no Decreto Municipal n.º 8.380/2016 a partir do exercício de 2020.

Passivo Circulante

3.3.15 O "Passivo circulante" demonstra as despesas já processadas (liquidadas) durante o exercício e exercícios anteriores, totalizando um montante de **R\$ 85.449.267,98** (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos), sendo a sua maior parte composta por "Fornecedores e contas a pagar", representando **61,12%** do total do "Passivo Circulante", conforme detalhado no Quadro 7.

Quadro 7 – Composição do Passivo Circulante

NÍVEL CONTÁBIL	VALOR (R\$)	(%)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	27.654.690,68	32,36%
Empréstimos e financiamentos	1.450.000,00	1,70%
Fornecedores e contas a pagar	52.227.164,38	61,12%
Obrigações Fiscais	617.155,33	0,72%
Demais obrigações	3.500.257,59	4,10%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	85.449.267,98	100%

3.3.16 Durante o exercício, foram registradas as apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos sobre os mesmos em atendimento ao princípio da competência. No valor do Passivo circulante estão inclusos os valores dos precatórios a pagar, nos próximos 12 meses, no valor de **R\$ 20.967.099,59** (vinte milhões, novecentos e sessenta e sete mil, noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), sendo **0,03%** deste valor em "Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais" e **99,97%** deste valor em "Fornecedores e contas a pagar".

Passivo Não Circulante

3.3.17 O Quadro 8 apresenta os valores dos contratos de operações de crédito bem como o valor do acordo judicial autorizado pela Lei Municipal n.º 4.029/2017 que integram os níveis contábeis de “Empréstimos e financiamentos” e “Fornecedores e contas a pagar” a longo prazo.

Quadro 8 – Composição do Passivo Não Circulante

OBRIGAÇÃO	VALOR (R\$)	(%)
CEF Contrato 242.614-22	4.545.749,97	7,13%
CEF Contrato 293.582-13	918.420,13	1,44%
CEF Contrato 000.001-82 PMAT	3.859.782,20	6,06%
CEF Contrato 347.114-03	3.624.238,74	5,69%
Ypuã Administradora - Lei 4.029/2017	50.764.153,60	79,68%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	63.712.344,64	100,00%

3.3.18 Os valores lançados a título das “Provisões a longo prazo” referem-se às Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social até a competência de [dezembro de 2017](#).

3.3.19 Os valores lançados em “Demais obrigações a longo prazo” se referem à utilização dos depósitos judiciais para pagamento dos precatórios, por ordem cronológica, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina conforme Emenda Constitucional n.º 99/2015 e Lei Complementar n.º 151/2015.

3.3.20 Os valores registrados como “Resultado diferido” são referentes aos recebimentos a título de IPTU antecipado do exercício de 2019. Os boletos do exercício de 2019 registrados em 2018 ficaram disponíveis para pagamento de forma antecipada para os contribuintes que possuem o Débito Direto Autorizado (DDA) em suas contas bancárias. Assim, foi registrado como resultado diferido o valor antecipadamente recolhido mesmo sem o devido lançamento da Receita Tributária que acontecerá no exercício de 2019.

Saldo Patrimonial

3.3.21 O “Resultado do exercício” foi apurado pelo “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” (Anexo 15) apresentando um resultado positivo de [R\\$ 350.784.476,82](#)

(trezentos e cinquenta milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos), que, somados aos “Resultados de exercícios anteriores” e aos “Ajustes de exercícios anteriores” compõem o saldo dos “Resultados acumulados”.

3.3.22 A movimentação da conta de “Ajustes de exercícios anteriores” foi utilizada para corrigir valores de exercícios já encerrados no montante de R\$ 41.582.546,99 (quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos). Do total, 99,26% dos ajustes correspondem à avaliação patrimonial conforme detalhado na nota explicativa 3.3.23.

3.3.23 Os bens móveis da Prefeitura e suas unidades administrativas foram avaliados e o saldo contábil do ativo imobilizado foi atualizado. A data de corte da avaliação inicial utilizada foi de 31/12/2013. Desta forma, os bens móveis existentes anteriores a esta data foram reavaliados pelo seu valor de mercado, mediante pesquisa de preços elaborada pela Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis (Decreto Municipal n.º 8.236/2016). Os bens móveis posteriores à data de corte foram contabilizados normalmente bem como suas respectivas depreciações. De acordo com a sétima edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o ajuste inicial da avaliação dos bens móveis deve ser reconhecido à conta de “Ajustes de exercícios anteriores”. O valor do ativo imobilizado ajustados contra a conta de “Ajustes de exercícios anteriores” foi de R\$ 41.273.120,54 (quarenta e um milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e vinte reais e cinquenta e quatro centavos) e estão especificadas por nível contábil do ativo imobilizado no Quadro 9.

Quadro 9 – Valores dos ajustes de exercícios anteriores do ativo imobilizado

NÍVEL CONTÁBIL DO ATIVO IMOBILIZADO	TOTAL
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	-12.909.362,69
Bens de informática	-6.945.907,04
Móveis e utensílios	-7.903.632,24
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	-2.486.860,75
Veículos	-7.722.321,44
Armamentos	-193.500,00
Demais bens móveis	-3.105.296,38
Bens de uso especial	-6.240,00
SALDO DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-41.273.120,54

3.3.24 O resultado negativo dos ajustes de exercícios anteriores em função da avaliação dos bens móveis indica que o patrimônio imobilizado estava superavaliado, apresentando um saldo maior do que o existente fisicamente. Assim, o ajuste patrimonial realizado aproximou o valor patrimonial à realidade dos bens móveis pelos entes controlados.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

3.3.25 No exercício foi auferido um superávit financeiro no valor de **R\$ 630.755.908,82** (seiscentos e trinta milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), resultante da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Demonstrativo Superávit/Déficit do exercício

3.3.26 Do total do superávit financeiro de **R\$ 630.755.908,82** (seiscentos e trinta milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), **62,08%** se referem à Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS e **20,12%** se referem aos Recursos Ordinários, correspondendo estas fontes de recursos por mais de **80%** do total do superávit financeiro apurado.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

- 3.4.1 O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas apresentando um resultado patrimonial positivo no montante de **R\$ 350.784.476,82** (trezentos e cinquenta milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos).
- 3.4.2 Enquanto as "Transferências e delegações recebidas" correspondem à maior parte das variações patrimoniais aumentativas (29,12%), as despesas com "Pessoal e encargos" correspondem à maior parte das variações patrimoniais diminutivas (32,10%). O índice demonstrado aqui das despesas com "Pessoal e encargos" não deve ser confundido, nem comparado, com o índice de "Despesa Total com Pessoal" apurado no Relatório de Gestão Fiscal que possui metodologia própria e diversa conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 3.4.3 A maior parte das Variações Patrimoniais Qualitativas é composta pelas "Incorporações de ativos" (67,52%) proveniente da execução orçamentária das despesas de capital durante o exercício.

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

- 3.5.1 O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no período foi positivo no montante de **R\$ 144.686.456,29** (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos). O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos no período foi negativo no montante de **R\$ 66.026.417,95** (sessenta e seis milhões, vinte e seis mil, quatrocentos

e dezessete reais e noventa e cinco centavos). O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no período foi positivo no montante de **R\$ 3.926.998,49** (três milhões, novecentos e vinte e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos). Assim, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do exercício foi positiva no montante de **R\$ 82.587.036,83** (oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, trinta e seis reais e oitenta e três centavos).

3.5.2 Houve um aumento da geração líquida de caixa e equivalente de caixa de **30,22%** do resultado em comparação ao exercício anterior, ocorrido principalmente pelo aumento de **58,08%** da capacidade de geração de caixa das atividades de financiamento e do aumento de **21,46%** da capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

3.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

3.6.1 Durante o exercício, o patrimônio líquido alterou em razão dos “Ajustes de exercícios anteriores” conforme nota explicativa 3.3.22 e 3.3.23 do Balanço Patrimonial (Anexo 14) no montante negativo de **R\$ 41.582.546,99** (quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos) e do “Resultado do Exercício” apurado na “Demonstração das Variações Patrimoniais” no montante positivo de **R\$ 350.784.476,82** (trezentos e cinquenta milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos) conforme nota explicativa 3.3.21.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Balneário Camboriú

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA
Contador PMBC
CRC/SC 32.207/O-0